

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2019

O presente certame será regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei Complementar 123/06 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Tipo:	Menor Preço (03 Grupos com 136 itens).
Objeto:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e instalação de peças, em condicionadores de ar tipo ACJ, SPLIT, MULTI SPLIT, CASSETE, VRV, equipamentos de precisão de climatização tipo <i>Self Contained</i> e em equipamentos de refrigeração tipo <i>freezers</i>, geladeiras e bebedouros, com implantação do PMOC, para atender as unidades acadêmicas e administrativas do Campus da UFAM, unidades dispersas e Fazenda Experimental em Manaus/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Processo:	23105.054623/2019
Órgão Gerenciador:	154039-UFAM
Órgão Participante:	
Sessão pública para recebimento das propostas de preços e dos documentos de habilitação:	
Data:	21/08/2019
Hora:	10h:00 (horário de Brasília)
Local:	WWW.COMPRASNET.GOV.BR
Edital disponível a partir de:	09/08/2019
Dias, horários e local para leitura ou obtenção deste Edital:	
Dias:	Segunda a Sexta-feira (dias úteis e de expediente)
Horários:	De 08:00h às 17h00min
Local:	Sala de Licitações / UFAM Av. Rodrigo Otávio n.º 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Sul, Bloco "J", Setor de Licitações, Coroado – Manaus-AM, CEP: 69.077-000, Telefone: (92) 3305-1181, ramal 4041, (92) 99318-2191.
Aviso de licitação divulgado no site: www.comprasnet.gov.br Edital disponível (gratuitamente) no site: www.comprasnet.gov.br	

Angélica Aguiar Costa Lima
PREGOEIRO(A)

PREGÃO ELETRÔNICO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2019
(Processo Administrativo n.º 23105.054623/2019)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, C.N.P.J. n.º 04.378.626/0001-97, com sede na Av. Rodrigo Otávio n.º 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Coroadó – Manaus-AM, por meio deste pregoeiro, designado pela **Portaria nº 102/2018/PROADM de 28/09/2018**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço por grupo**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 21/08/2019

Horário: 10h:00 (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br.

1. DO OBJETO

6.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação** de serviços **continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e instalação de peças, em condicionadores de ar tipo ACJ, SPLIT, MULTI SPLIT, CASSETE, VRV, equipamentos de precisão de climatização tipo Self Contained e em equipamentos de refrigeração tipo freezers, geladeiras e bebedouros, com implantação do PMOC, para atender as unidades acadêmicas e administrativas do Campus da UFAM, unidades dispersas e Fazenda Experimental em Manaus/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto..

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

PI: M20RKG1924N

FONTE: 8100

PTRES: 108475

3. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

6.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

6.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, **uma vez que a contratação não se configura de alta complexidade técnica;**

4.2.7 **pessoas jurídicas que possuam em seus quadros societários servidores da FUA ou administradores que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior**

4.2.8 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.9 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)

4.2.9.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.10 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

6.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

6.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

6.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.6.3 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.4 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.5 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

- 4.6.6 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.6.7 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

6.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1 Valor unitário e anual/total do item.

5.6.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

5.7.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.7.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.8. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

5.8.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

5.8.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

5.14.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

6 DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

- 6.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total item.**
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.9 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- 6.9.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.11 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.12 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.13 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.14 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.15 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.17 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação

automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22 Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.22.1 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

6.22.1.1 prestados por empresas brasileiras;

6.22.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.23 Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

6.24 Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.25 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 7.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 7.2.1 contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - 7.2.2 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
 - 7.2.3 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
 - 7.2.3.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 7.2.3.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 7.2.3.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 7.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.4 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 7.5 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de **02 (duas)**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.6.1 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
 - 7.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado, de acordo com o **Anexo I-A - Modelo de Planilha de Composição dos Preços.**
 - 7.6.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

- 7.6.4 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 7.6.5 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 7.6.5.1 Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.
- 7.6.5.2 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;
- 7.7 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8 DA HABILITAÇÃO

- 8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1 SICAF;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 8.1.4 Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 8.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade

administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.5.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.5.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.5.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.7 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2 Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.3 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.4 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **02 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.4.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.5 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e Trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.

8.6 Habilitação jurídica:

8.6.1 *No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;*

8.6.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.3 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.6.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.5 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.6.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.6.7 No caso de exercício de atividade de prestadores de serviços de assistência técnica em aparelhos de refrigeração, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013: **Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.**

8.6.7.1 A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao processo;

8.6.7.2 Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.”

8.7 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.7.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.7.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.7.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de

declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.8 Qualificação Econômico-Financeira:

8.8.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.8.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.8.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.8.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.8.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.8.3. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.9 Qualificação Técnica:

8.9.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a **três anos**, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.9.1.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.9.1.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.9.1.3 Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- 8.9.1.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 8.9.1.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 8.9.2 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, **ainda**, a qualificação técnica, por meio de:
- 8.9.2.1 Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 8.9.2.2 Comprovação da capacitação técnico-profissional, de 01 (um) Engenheiro Mecânico, na modalidade mecânica, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços, conforme **Anexo V - Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica**.
- 8.9.2.2.1 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
- 8.9.2.2.2 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- 8.9.3 As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

- 8.9.4 Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento, pessoal técnico e licenças, conforme Termo de Referência, considerados essenciais para a execução contratual.
- 8.9.5 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência, conforme o **anexo III - Atestado de Vistoria**.
- 8.9.5.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, **anexo IV - Declaração de Renúncia de Vistoria**.
- 8.9.6 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar Declaração de que não possuem em seus quadros societários servidores da FUA ou administradores que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, em cumprimento ao Acórdão Nº 409/2015 – TCU – Plenário, conforme **Anexo II**;
- 8.10 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), **no prazo de 02 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail cpl@ufam.edu.br.
- 8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.10.2 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10.3 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.10.4 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.11 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.11.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.12 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.13 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.14 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.16 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.17 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.18 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas)** horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

9.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10 DOS RECURSOS

10.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

14 DO TERMO DE CONTRATO

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

14.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.4 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** prorrogável conforme previsão **no instrumento contratual ou no termo de referência**.

14.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou

entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.6 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15 DO REAJUSTE

15.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18 DO PAGAMENTO

18.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19 OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

19.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

19.2 1.7.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

19.3 1.7.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

19.4 1.7.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como

mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

19.5 1.7.5 Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

19.6 1.7.6 Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.

19.7 1.7.7 Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

19.8 1.7.8 Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

19.9 1.7.9 Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

19.10 1.7.10 Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de

19.11 25 de outubro de 2006.

19.12 1.7.11 Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

19.13 1.7.12 Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 apresentar documentação falsa;

20.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5 não mantiver a proposta;

20.1.6 cometer fraude fiscal;

20.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

20.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 20.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 20.3.2 Multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.3.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 20.3.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.
- 20.3.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.5 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 20.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.7 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.12 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 21.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@ufam.edu.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Rodrigo Otávio n.º 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Norte, Bloco J, Coordenação de Licitações, Bairro: Coroado – Manaus-AM.
- 21.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 22.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 22.6 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.12 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.13 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Rodrigo Otávio n.º 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Norte, Bloco J, Coordenação de Licitações, Bairro: Coroado – Manaus-AM., nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.14.1 ANEXO I - Termo de Referência;

22.14.1.1 ANEXO I - A Modelo de Planilha para Composição dos Preços;

22.14.1.2 ANEXO I.B - Controle de manutenção preventiva condicionador de ar split;

22.14.1.3 ANEXO I.C - Controle de manutenção preventiva condicionador de ar tipo janela;

22.14.1.4 ANEXO I.D - Controle de manutenção preventiva condicionador tipo self contained;

22.14.1.5 ANEXO I.E – Instrumento de medição de resultados (IMR);

22.14.1.6 ANEXO I.F – Instrumento de medição de resultados (IMR);

22.14.2 ANEXO II - Modelo de Declaração de Inexistência de Vínculo Familiar;

22.14.3 ANEXO III - Modelo de Atestado de Vistoria;

22.14.4 ANEXO IV - Modelo de Declaração de Renúncia de Vistoria;

22.14.5 ANEXO V - Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica;

22.14.6 ANEXO VI - Minuta de Termo de Contrato.

Manaus, 07 de agosto de 2019.

Tiago Luz de Oliveira
Coordenação de Licitações
Universidade Federal do Amazonas

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2019
(Processo Administrativo n.º 23105.054623/2019)****1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e instalação de peças, em condicionadores de ar tipo ACJ, SPLIT, MULTI SPLIT, CASSETE, VRV, equipamentos de precisão de climatização tipo *Self Contained* e em equipamentos de refrigeração tipo *freezers*, geladeiras e bebedouros, com implantação do PMOC, para atender as unidades acadêmicas e administrativas do Campus da UFAM, unidades dispersas e Fazenda Experimental em Manaus/AM, no período de 12 (doze) meses conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01						
IT	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	TIPO DE BENEFÍCIO	QTDE (UND)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DO ITEM
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO O MOTOR COMPRESSOR, MOTOR VENTILADOR, PLACA ELETRÔNICA E CONTACTORA) EM AR CONDICIONADO ACJ DE 7500 A 30000 BTU/H	SERVIÇO	SEM BENEFICIO	8.580	R\$ 69,00	R\$ 592.020,00
2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO O MOTOR COMPRESSOR, MOTOR VENTILADOR, PLACA ELETRÔNICA E CONTACTORA) EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 9000 A 30000 BTU/H			19.150	R\$ 81,67	R\$ 1.563.980,50
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO O MOTOR COMPRESSOR, MOTOR VENTILADOR, PLACA ELETRÔNICA E CONTACTORA) EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 36000 A 80000 BTU/H			4080	R\$ 107,00	R\$ 436.560,00
4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO O MOTOR COMPRESSOR, MOTOR VENTILADOR, PLACA ELETRÔNICA E CONTACTORA) EM AR CONDICIONADO ACJ DE 7500 A 30000 BTU/H			1.716	R\$ 182,33	R\$ 312.878,28
5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO O MOTOR COMPRESSOR, MOTOR VENTILADOR, PLACA ELETRÔNICA E CONTACTORA) EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 9000 A 30000 BTU/H			3830	R\$ 203,00	R\$ 777.490,00
6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO O MOTOR COMPRESSOR, MOTOR VENTILADOR, PLACA ELETRÔNICA E CONTACTORA) EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 36000 A 80000 BTU/H			816	R\$ 343,33	R\$ 280.157,28
7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL EM BEBEDOUROS DE COLUNA			50	R\$ 133,33	R\$ 6.666,50
8	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL EM BEBEDOUROS INDUSTRIAIS			200	R\$ 201,67	R\$ 40.334,00
9	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 7.000 BTU/H			16	R\$ 653,33	R\$ 10.453,28

10	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 9000 BTU/H			4	R\$ 672,33	R\$ 2.689,32
11	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 10000 BTU/H			4	R\$ 672,33	R\$ 2.689,32
12	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 12000 BTU/H			2	R\$ 921,67	R\$ 1.843,34
13	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 15000 BTU/H			1	R\$ 888,33	R\$ 888,33
14	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 18000 BTU/H			4	R\$ 1.122,00	R\$ 4.488,00
15	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 19000 BTU/H			8	R\$ 1.233,33	R\$ 9.866,64
16	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 21000 BTU/H			10	R\$ 1.346,67	R\$ 13.466,70
17	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 22000 BTU/H			1	R\$ 1.326,67	R\$ 1.326,67
18	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 30000 BTU/H			5	R\$ 1.466,67	R\$ 7.333,35
19	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 7000 BTU/H			1	R\$ 813,33	R\$ 813,33
20	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 BTU/H			10	R\$ 840,00	R\$ 8.400,00
21	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 12000 BTU/H			23	R\$ 960,00	R\$ 22.080,00
22	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 BTU/H			18	R\$ 1.200,00	R\$ 21.600,00
23	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 22000 BTU/H			8	R\$ 1.273,33	R\$ 10.186,64
24	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 24000 BTU/H			45	R\$ 1.416,67	R\$ 63.750,15
25	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30.000 BTU/H			25	R\$ 1.733,33	R\$ 43.333,25
26	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 BTU/H			12	R\$ 2.116,67	R\$ 25.400,04
27	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 40000 BTU/H			2	R\$ 2.300,00	R\$ 4.600,00
28	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 48000 BTU/H			10	R\$ 2.483,33	R\$ 24.833,30
29	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 60000 BTU/H			12	R\$ 2.950,00	R\$ 35.400,00
30	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H			2	R\$ 3.083,33	R\$ 6.166,66
31	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DO COMPRESSOR 1/10			15	R\$ 700,00	R\$ 10.500,00
32	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DEMOTOR DO COMPRESSOR 1/8			15	R\$ 755,00	R\$ 11.325,00
33	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DO COMPRESSOR 1/6			10	R\$ 761,67	R\$ 7.616,70

34	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DO COMPRESSOR 1/5			10	R\$ 816,67	R\$ 8.166,70
35	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DO COMPRESSOR 1/4			10	R\$ 995,00	R\$ 9.950,00
36	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DO COMPRESSOR 1/3			10	R\$ 1.050,00	R\$ 10.500,00
37	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MICRO MOTOR			15	R\$ 186,67	R\$ 2.800,05
38	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAPACITOR			40	R\$ 193,33	R\$ 7.733,20
39	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RELÉ			40	R\$ 127,33	R\$ 5.093,20
40	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTETOR TÉRMICO			40	R\$ 126,67	R\$ 5.066,80
41	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TERMOSTATO			25	R\$ 196,67	R\$ 4.916,75
42	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONGELADOR			8	R\$ 443,33	R\$ 3.546,64
43	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBO CAPILAR			30	R\$ 153,33	R\$ 4.599,90
44	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FILTRO DE GÁS			30	R\$ 156,67	R\$ 4.700,10
45	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FILTRO PARA ÁGUA			15	R\$ 243,33	R\$ 3.649,95
46	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REFIL PARA FILTRO			15	R\$ 230,00	R\$ 3.450,00
47	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FILTRO SECADOR			20	R\$ 280,00	R\$ 5.600,00
48	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CUBA DO BEBEDOURO			5	R\$ 218,33	R\$ 1.091,65
49	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TORNEIRA JALO			15	R\$ 133,33	R\$ 1.999,95
50	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TORNEIRA COPO			15	R\$ 116,67	R\$ 1.750,05
51	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TORNEIRA PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL			60	R\$ 160,00	R\$ 9.600,00
52	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESISTÊNCIA DE DEGELO			30	R\$ 350,00	R\$ 10.500,00
53	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CARGA COMPLETA DE GÁS R22			40	R\$ 616,67	R\$ 24.666,80
54	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ARGÁ COMPLETA DE GÁS R134			40	R\$ 300,00	R\$ 12.000,00
55	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BORRACHA DA PORTA			20	R\$ 253,33	R\$ 5.066,60
56	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BORRACHA DA PORTA DO CONGELADOR			20	R\$ 256,67	R\$ 5.133,40

57	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM LIMPEZA DO SISTEMA			30	R\$ 290,00	R\$ 8.700,00
58	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRÔNICA			25	R\$ 450,00	R\$ 11.250,00
59	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SENSOR			25	R\$ 318,33	R\$ 7.958,25
60	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INTERRUPTOR			10	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00
61	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 A 12000 BTU/H			25	R\$ 310,00	R\$ 7.750,00
62	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 A 24000 BTU/H			50	R\$ 383,33	R\$ 19.166,50
63	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H			16	R\$ 442,33	R\$ 7.077,28
64	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 A 60000 BTU/H			16	R\$ 503,33	R\$ 8.053,28
65	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H			2	R\$ 486,67	R\$ 973,34
66	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 A 12000 BTU/H			75	R\$ 404,00	R\$ 30.300,00
67	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 A 24000 BTU/H			150	R\$ 451,67	R\$ 67.750,50
68	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H			48	R\$ 447,33	R\$ 21.471,84
69	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 A 60000 BTU/H			48	R\$ 508,33	R\$ 24.399,84
70	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H			2	R\$ 528,33	R\$ 1.056,66
71	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 A 12000 BTU/H			25	R\$ 379,00	R\$ 9.475,00
72	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 A 24000 BTU/H			50	R\$ 430,67	R\$ 21.533,50
73	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H			16	R\$ 433,33	R\$ 6.933,28

74	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 A 60000 BTU/H			16	R\$ 808,33	R\$ 12.933,28
75	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H			2	R\$ 475,00	R\$ 950,00
76	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDESADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 A 12000 BTU/H			75	R\$ 372,33	R\$ 27.924,75
77	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDESADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 A 24000 BTU/H			150	R\$ 377,33	R\$ 56.599,50
78	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDESADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H			48	R\$ 400,00	R\$ 19.200,00
79	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDESADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 A 80000 BTU/H			48	R\$ 490,00	R\$ 23.520,00
80	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDESADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H			2	R\$ 528,33	R\$ 1.056,66
81	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 BTU/H			8	R\$ 365,67	R\$ 2.925,36
82	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 12000 BTU/H			17	R\$ 360,67	R\$ 6.131,39
83	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 BTU/H			14	R\$ 417,33	R\$ 5.842,62
84	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 22000 A 24000 BTU/H			40	R\$ 452,00	R\$ 18.080,00
85	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H			17	R\$ 466,67	R\$ 7.933,39
86	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 BTU/H			6	R\$ 533,33	R\$ 3.199,98
87	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 48000 BTU/H			6	R\$ 543,33	R\$ 3.259,98
88	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 60000 BTU/H			7	R\$ 593,33	R\$ 4.153,31

89	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H			2	R\$ 593,33	R\$ 1.186,66
90	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 BTU/H			8	R\$ 374,00	R\$ 2.992,00
91	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 12000 BTU/H			17	R\$ 374,00	R\$ 6.358,00
92	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 BTU/H			14	R\$ 410,00	R\$ 5.740,00
93	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 22000 A 24000 BTU/H			40	R\$ 420,00	R\$ 16.800,00
94	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H			17	R\$ 490,00	R\$ 8.330,00
95	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 BTU/H			6	R\$ 590,00	R\$ 3.540,00
96	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 48000 BTU/H			6	R\$ 606,67	R\$ 3.640,02
97	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 60000 BTU/H			7	R\$ 673,33	R\$ 4.713,31
98	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H			2	R\$ 486,67	R\$ 973,34
99	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 BTU/H			15	R\$ 337,33	R\$ 5.059,95
100	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 12000 BTU/H			34	R\$ 345,67	R\$ 11.752,78
101	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 BTU/H			27	R\$ 443,67	R\$ 11.979,09
102	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 22000 A 24000 BTU/H			79	R\$ 480,00	R\$ 37.920,00
103	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H			33	R\$ 483,33	R\$ 15.949,89
104	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 BTU/H			11	R\$ 472,67	R\$ 5.199,37

105	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 48000 BTU/H			11	R\$ 486,67	R\$ 5.353,37
106	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 60000 BTU/H			13	R\$ 523,33	R\$ 6.803,29
107	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H			2	R\$ 530,00	R\$ 1.060,00
108	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 BTU/H			15	R\$ 391,33	R\$ 5.869,95
109	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 12000 BTU/H			34	R\$ 330,67	R\$ 11.242,78
110	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 BTU/H			27	R\$ 390,33	R\$ 10.538,91
111	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 24000 BTU/H			79	R\$ 442,00	R\$ 34.918,00
112	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H			33	R\$ 443,33	R\$ 14.629,89
113	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 BTU/H			11	R\$ 443,33	R\$ 4.876,63
114	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 48000 BTU/H			11	R\$ 466,67	R\$ 5.133,37
115	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 60000 BTU/H			13	R\$ 503,33	R\$ 6.543,29
116	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H			2	R\$ 513,33	R\$ 1.026,66
117	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DA CONTACTORA PARA SPLIT DE 18000 A 22000 BTU/H			35	R\$ 280,33	R\$ 9.811,55
118	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DA CONTACTORA PARA SPLIT DE 24000 A 36000 BTU/H			115	R\$ 293,67	R\$ 33.772,05
119	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DA CONTACTORA PARA SPLIT DE 48000 A 60000 BTU/H			24	R\$ 293,67	R\$ 7.048,08
120	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DA CONTACTORA PARA SPLIT DE 80000 BTU/H			2	R\$ 310,33	R\$ 620,66
121	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DE MOTOR VENTILADOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA DE 7500 A 19000 BTU/H			18	R\$ 584,00	R\$ 10.512,00
122	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DE MOTOR VENTILADOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA DE 21000 A 30000 BTU/H			5	R\$ 936,33	R\$ 4.681,65
123	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DO MOTOR VENTILADOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA DE 7500 A 19000 BTU/H			18	R\$ 580,00	R\$ 10.440,00
124	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DO MOTOR VENTILADOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA DE 21000 A 30000 BTU/H			5	R\$ 976,33	R\$ 4.881,65

VALOR GLOBAL GRUPO 01	R\$ 5.294.676,00
------------------------------	-----------------------------------

GRUPO 02						
IT	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	TIPO DE BENEFÍCIO	QTDE (UND)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DO ITEM
125	MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL EM AR-CONDICIONADO DE PRECISÃO DA MARCA LIEBERT TIPO SELF CONTAINED COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO OS MOTORES DOS COMPRESSORES, VENTILADORES E PLACAS CENTRAIS) DO DATACENTER		SEM BENEFICIO	20	R\$ 3.333,33	R\$ 66.666,60
126	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL EM AR-CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO OS MOTORES DOS COMPRESSORES, VENTILADORES E PLACAS CENTRAIS) DO DATACENTER DO CETIC			4	R\$ 4.533,33	R\$ 18.133,32
127	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR VENTILADOR DA UNIDADE EVAPORADORA DO AR-CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED DE 37.300 BTU/H NOVO E ORIGINAL			4	R\$ 1.879,00	R\$ 7.516,00
128	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR VENTILADOR DA UNIDADE CONDENSADORA DO AR-CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED DE 37.300 BTU/H NOVO E ORIGINAL			2	R\$ 1.712,33	R\$ 3.424,67
129	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR-CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ROLAMENTOS NOVO E ORIGINAL DO MOTOR VENTILADOR DA UNIDADE CONDENSADORA DE 37.300 BTU/H			4	R\$ 671,67	R\$ 2.686,68
130	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR-CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ROLAMENTOS NOVO E ORIGINAL DO MOTOR VENTILADOR DA UNIDADE EVAPORADORA DE 37.300 BTU/H			4	R\$ 761,67	R\$ 3.046,68
131	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR-CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DA UNIDADE EVAPORADORA DE 37.300 BTU/H NOVO E ORIGINAL			2	R\$ 4.109,33	R\$ 8.218,66
132	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR-CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DA UNIDADE CONDENSADORA DE 37.300 BTU/H NOVO E ORIGINAL			2	R\$ 4.108,67	R\$ 8.217,34
133	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR-CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DA PLACA CENTRAL NOVA E ORIGINAL			2	R\$ 9.833,33	R\$ 19.666,66
134	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR-CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM REPARO DA PCI CENTRAL			2	R\$ 7.500,00	R\$ 15.000,00
135	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR-CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR COMPRESSOR DE 37.300 BTU/H NOVO E ORIGINAL			2	R\$ 14.500,00	R\$ 29.000,00
VALOR GLOBAL GRUPO 02						R\$ 181.576,61

GRUPO 03						
IT	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	TIPO DE BENEFÍCIO	QTDE (UND)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DO ITEM

136	CONTROLE REMOTO (ITEM CANCELADO)	-	SEM BENEFICIO	100	R\$ 106,67	R\$ 10.667,00
VALOR GLOBAL GRUPO 03						R\$ 10.667,00

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum e continuado sem mão de obra exclusiva.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

2.2. Quanto à contratação dos serviços a serem licitados cumpre informar que não temos, no nosso quadro de servidores, profissionais habilitados a executar os serviços técnicos e que também se faz necessária a substituição de peças que não dispomos em estoque.

2.3. A presente contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar, freezers, geladeiras e bebedouros, são necessários para garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos e a qualidade do ar no interior dos ambientes climatizados das unidades acadêmicas e administrativas da UFAM, Campus Manaus e unidades dispersas, atendendo às recomendações contidas na Portaria n. 3.523/1998, do Ministério da Saúde.

2.4. Destaque-se ainda que as manutenções preventivas são necessárias para que sejam mantidos em perfeito estado de funcionamento os diversos componentes de cada um dos aparelhos, minimizando se, dessa forma, a incidência de gastos elevados com manutenções corretivas dos referidos equipamentos. Ressalta-se o fato de que após certo período de uso, ocorre o acúmulo de sujeiras no interior dos equipamentos, permitindo a proliferação de agentes nocivos ao ser humano, logo a troca do elemento filtrante e a limpeza dos equipamentos são fundamentais para garantir a qualidade dos equipamentos. São englobados no conceito de condicionadores de ar, aqueles utilizados e passíveis de utilização, tais como: tipo cortina de ar, ACJ, split, central, multi-split, dentre outros.

2.5. A licitação, para a contratação dos serviços constantes neste Termo de Referência, em 2 grupos, justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, uma vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização, bem como em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Some-se a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços.

2.6. O objeto da contratação caracteriza-se como serviço essencial e continuado, enquadrando-se na exceção do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, sendo imprescindível a contínua manutenção destes, caso contrário, implicará em prejuízo à UFAM, bem como à comunidade acadêmica, pois a climatização das salas de aulas e demais ambientes de trabalho é de fundamental importância, assim como a disponibilização de água mineral e os equipamentos para refrigerar produtos laboratoriais e de consumo.

2.7. Colendo Tribunal de Contas da União exemplifica o serviço continuado, conforme jurisprudência: “Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários a Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. Em processo próprio, deve a Administração definir e justificar quais outros serviços contínuos necessita para desenvolver as atividades que lhe são peculiares.” (TCU. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU/Tribunal de Contas da União. 4. ed. rev., atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria Geral da Presidência; Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, p. 772).

2.8. Atendimento à Portaria nº 3.523/1998, do Ministério da Saúde e a LEI Nº 13.589, DE 4 DE JANEIRO DE 2018 que dispõe sobre a manutenção de equipamentos de sistemas de climatização dos edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes de ar interior climatizado artificialmente, que devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos respectivos sistemas de climatização, visando à eliminação ou minimização de riscos à saúde dos ocupantes dos recintos.

2.9. O GRUPO 2 que corresponde aos 2 condicionadores de ar de precisão da MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED DE 37.300 BTU/H do DATACENTER da UFAM correspondem ao sistemas de climatização para aplicação em Data Centers os quais são especificados para climatizar cargas térmicas de calor sensível (calor liberado por equipamentos). Os equipamentos de ar condicionado utilizados em Data Centers são chamados de “equipamentos de ar condicionado de precisão” ou CRAC – Computer Room Air Conditioning e as principais características dos equipamentos de ar condicionado de precisão estão relacionados a uso contínuo 24h por dia, durante os 7 dias da semana de forma ininterrupta, precisão no controle de temperatura e de controle de umidade (possuem reaquecimento e umidificação caso necessário), alta capacidade de remoção de calor sensível, alta vazão de ar, baixo ruído, baixo consumo, capacidade de monitoração e comunicação (interface de comunicação) e capacidade de trabalho em grupo.

2.10. A Manutenção preventiva e corretiva do Ar condicionado de precisão do Data Center da UFAM tem uma importância fundamental, devido principalmente à necessidade de desligamento dos equipamentos do Data Center em caso de falha total no sistema de climatização. Com o desligamento dos equipamentos presentes no Data Center toda operação da

UFAM incluindo sites, sistemas de concurso, ouvidoria, rede e internet e outros serviços disponibilizados pelo CTIC ficam inoperantes, pois dependem da disponibilidade imediata e contínua dos servidores e outros sistemas eletrônicos presentes no Data Center. A necessidade da contratação se justifica de forma a garantir o pleno funcionamento dos equipamentos condicionadores de ar do Data Center, permitindo a rápida reoperacionalização de qualquer um dos equipamentos de climatização de precisão que venha a apresentar defeito. A futura contratação tem por objetivo manter os condicionadores de ar em condições de pleno funcionamento e perfeito estado de conservação, com a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva. A contratação sugerida faz-se necessária para garantir a continuidade, um funcionamento eficiente, seguro e econômico para os equipamentos.

2.11. Condicionadores de Ar de precisão do Data Center tem algumas peculiaridades que os diferem dos condicionadores comuns (de conforto), seus componentes são projetados para operar em calor sensível, ou seja em calor que é gerado por equipamentos eletrônicos energizados evitando que sejam danificados ou desligados devido o aumento de temperatura. Esses sistemas foram especificamente projetados para manter os níveis tanto de umidade, temperatura de retorno e insuflação quanto à dissipação de calor através de ventiladores controlados e compressores, conforme as especificações da norma ASHRAE, indo muito além da simples climatização do ambiente, pois fornece um gerenciamento e monitoramento térmico do ambiente.

2.12. Espera-se com a futura contratação garantir a plena operação dos condicionadores de ar de precisão do Data Center, nas condições adequadas de funcionamento, prevenindo falhas e aumentando a vida útil dos equipamentos do Data Center, em particular, dos discos rígidos e componentes do sistema de armazenamento de informações.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme apresentado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização e refrigeração da UFAM para o cumprimento do plano de manutenção, operação e controle (PMOC).

3.2. Os equipamentos de climatização e refrigeração serão cadastrados e de forma individualizada terão suas fichas de manutenção preventiva e corretivas com a finalidade de mensurar os custos individualizados de cada equipamento e possibilitar análise da qualidade dos serviços prestados pela empresa e ou justificar a substituição das máquinas.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 A empresa deverá estar em consonância com os termos do art. 28 da Lei n.º 8.666/93, devendo dispor de toda documentação e registros exigidos pela legislação em vigor.

5.1.2 A empresa deverá estar em consonância com os termos do art. 30 da Lei n.º 8.666/93, devendo dispor de:

5.1.3 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente;

5.1.4 Quadro profissional técnico qualificado, para a realização do objeto da contratação;

5.1.5 Atestar a comprovação da qualificação técnica profissional de cada um dos membros da equipe que se responsabilizará pela prestação do serviço;

5.1.6 Estar munida de todo o material necessário à execução dos serviços;

5.1.7 01(um) Engenheiro Mecânico devidamente habilitado e credenciado na entidade profissional competente com comprovada experiência no ramo, através da apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT), o qual será o responsável técnico pela manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos.

A empresa deverá estar em consonância com os termos do art. 31 da Lei n.º 8.666/93, devendo:

5.1.8 Comprovar seu balanço patrimonial através de demonstrações contábeis, bem como sua boa situação financeira;

5.1.9 Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

5.1.10 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

5.1.11 Mão de obra qualificada para prestar os serviços em conformidade com a legislação trabalhista e com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional;

5.1.12 Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF

5.1.13 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva

5.1.14 A empresa deverá ser credenciada nos órgãos ambientais competentes que vinculam o trabalho com climatização e refrigeração e executar as práticas de sustentabilidade atendendo às legislações ambientais quanto ao descarte de materiais, gases de refrigeração e peças usadas, de forma a cumprir os padrões de redução de resíduos poluentes no meio ambiente.

5.1.15 O contrato poderá ser prorrogado além dos 12 meses em função da análise do desempenho dos serviços executados que serão mensurados pela qualidade do serviço, cumprimento da rotina de manutenção de acordo com o PMOC e tempo de atendimento dos serviços demandados via sistema de solicitação de serviços, podendo ter duração total de 60 meses.

5.1.16 Os serviços serão fiscalizados por uma equipe composta de engenheiros mecânicos da Prefeitura do Campus Universitário com auxílio de fiscais setoriais das Unidades Acadêmicas e haverá sempre que necessário, reuniões para definir técnicas de manutenção e tecnologias que possam otimizar a execução dos serviços.

5.1.17 O tipo de solução de mercado a contratar está de acordo com o exigido pela Portaria 3.523/MS que se refere ao plano de manutenção, operação e controle (PMOC) e o desenvolvido nos diversos órgãos Federais, Estaduais e Municipais, assim como em estabelecimentos de iniciativa privada conforme determina a Lei Nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR (termo de referência).

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para essa finalidade, lotado no Departamento de Manutenção da Prefeitura do Campus Universitário, bloco P, Setor Sul do Campus Universitário da UFAM, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone **(092) 3305-4005**, podendo sua realização ser comprovada por:

6.1.1 a) Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou;

6.1.2 b) Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

6.2. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.3. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.5. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1 A partir da data de assinatura do contrato, o PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle) deverá ser implantado em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, conforme a Portaria n. 3.523/1998, do Ministério da Saúde.

7.1.2 O PMOC deve conter a todas as informações estabelecidas identificação do estabelecimento, atividades, e a carga térmica a serem desenvolvidas conforme periodicidades e rotinas contidas nos anexos I-B, I-C e I-D deste termo de referência.

7.1.3 Entende-se por serviço corretivo aquele realizado com o objetivo de retificar ou substituir peças e/ou componentes que apresentarem defeitos durante o funcionamento do sistema de climatização e refrigeração, de forma a normalizar o pleno uso dos equipamentos, instalação de bandejas e tubo de PVC para coleta do condensado de condicionadores de ar tipo janela e split.

7.1.4 Antes do início dos serviços, a CONTRATADA procederá a um exame detalhado de cada aparelho a ser retirado e/ou removido. Deverão ser considerados aspectos importantes do estado dos aparelhos e suportes e os métodos utilizados na instalação.

7.1.5 Os serviços de manutenção corretiva referente ao GRUPO 1, programados regularmente, eventuais ou emergenciais, demandados pela CONTRATANTE tantas vezes que se comprovar serem indispensáveis, tratam da execução dos trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção de defeitos e anormalidades nos equipamentos de ar condicionado, a fim de que seja retomada sua utilização de forma segura, eficiente e econômica, devendo ser preferencialmente realizados de segunda a sexta-feira, no horário das 08 às 18 horas.

7.1.6 Para o GRUPO 02, os serviços preventivos seguirão a mesma rotina em relação ao horário de execução dos serviços do GRUPO 01, exceto quando se tratar de manutenção corretiva que deverá ser diagnosticada e realizada em qualquer dia da semana e em qualquer horário em função da essencialidade de funcionamento do equipamento para manter o pleno funcionamento do DATACENTER da UFAM, quando se tratar de possibilitar a climatização dentro dos padrões de funcionamento do equipamento de processamento de dados.

7.1.7 As demandas de preventivas deverão ser executadas com periodicidade mensal e semestral conforme rotinas estabelecidas nos anexos citados no item 7.1.2..

7.1.8 O quantitativo de serviços foi mensurado em função do quantitativo de máquinas instaladas nas unidades acadêmicas da Universidade Federal do Amazonas e as rotinas previstas pelas normas vigentes. O quantitativo é composto de manutenções preventivas que se subdividem em mensais e semestrais e as corretivas foram dimensionadas em função de levantamento estimativo conforme Anexo I-A.

7.1.9 Os serviços de manutenção corretiva serão realizados mediante ordem de serviço emitido pelo requerente em plataforma digital.

7.1.10 As manutenções corretivas serão informadas à CONTRATADA pelo fiscal do contrato mediante OS (Ordem de Serviço). Não será autorizada nenhuma manutenção corretiva sem que se tenha a OS correspondente.

7.1.11 No caso de serviços de manutenção corretiva relacionadas ao GRUPO 1, para a solução de anormalidades eventuais, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da CONTRATANTE, iniciar os procedimentos corretivos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas.

7.1.12 A manutenção corretiva ocorrerá mediante demanda da unidade solicitante e a mão de obra com peças de reposição novas e originais será fornecida pela CONTRATADA sem custo efetivo para a CONTRATANTE, exceto os motores compressores.

7.1.13 Os serviços de manutenção corretiva do compressor incluem a instalação de compressor novo e original com os demais serviços necessários que referem-se à limpeza do sistema, soldagem, realização de vácuo no sistema frigorígeno e carga completa de gás refrigerante conforme fabricante e padrões técnicos.

7.1.14 As peças, componentes e materiais substituídos são de propriedade da CONTRATANTE, devendo, por ocasião do término dos respectivos trabalhos, serem entregues pela CONTRATADA à Fiscalização.

7.1.15 Peças fora de fabricação ou que dependa de serviços de terceiros, a CONTRATADA deverá acordar com a CONTRATANTE um novo prazo para execução do serviço.

7.1.16 A ordem de serviço (O.S). que não caracterizar defeito do equipamento não poderá gerar custo para a CONTRATANTE.

7.1.17 Reparar ou corrigir, por sua conta, no todo ou em parte, o condicionador de ar, freezers e geladeiras da CONTRATADA, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução de serviço ou de emprego de materiais inapropriados ou com defeito;

7.1.18 Os serviços de manutenção preventiva terão formulário próprio com descrição do local e dados do equipamento instalado com campo para assinatura do servidor do recinto e assinatura do fiscal técnico.

7.1.19 A CONTRATADA deverá divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle em relatórios mensais com análise contendo o número de manutenções corretivas e preventivas executadas mensalmente.

7.1.20 A ficha de manutenção preventiva de cada equipamento deverá ser frente e verso contendo de um lado as manutenções preventivas realizadas durante o ano e do outro as corretivas realizadas.

7.1.21 A estocagem de equipamento e material da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado. Tão logo este seja concluído, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes. Caso haja local disponível para guardar do material na Instituição, a CONTRATANTE autorizará a permanência do material.

7.1.22 O transporte vertical e horizontal de equipamentos e materiais ficará a cargo da CONTRATADA. O transporte de ferramentas e equipamentos deverá ser realizado com segurança e em carrinho com pneus de borracha.

7.1.23 Os aparelhos que necessitem de remoção da unidade jurisdicionada deverão ter suas características anotadas em formulário apropriado da empresa em duas vias e assinada pelo responsável do setor autorizando a saída do equipamento.

7.1.24 Os serviços de retiradas e remoções serão executados adotando-se as normas de segurança previstas na legislação em vigor, de forma a evitar danos a terceiros, aos equipamentos, aos bens da CONTRATANTE e a garantir a segurança de seus funcionários.

7.1.25 Os funcionários deverão possuir além da capacidade técnica comprovada em manutenção de equipamentos de climatização e refrigeração, o curso de NR 35 atualizado.

7.1.26 As vias de acesso internas e externas não poderão ser bloqueadas por equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados da CONTRATADA de forma a não prejudicar o desenvolvimento dos serviços de outros contratados que acaso poderão estar prestando serviço concomitantemente.

7.1.27 Os materiais de reposição a serem empregados nos serviços deverão ser novos, do mesmo fabricante dos originais, e compatíveis com as especificações técnicas, sujeitos ao exame e à aprovação da Fiscalização.

7.1.28 Se julgar necessário, a Fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, do local de origem dos materiais de reposição ou de certificado de ensaios que comprovem a qualidade destes.

7.1.29 A garantia dos serviços corretivos será de 90 (noventa) dias contados a partir do aceite da Fiscalização.

7.1.30 A CONTRATADA será responsável pela limpeza da área ao término dos serviços.

7.1.31 A CONTRATADA deverá executar mensalmente todas as preventivas programadas e solicitar de cada responsável da sala ou da Fiscalização que ateste o serviço e as corretivas, conforme a demanda. Todo serviço que executado fora do expediente deverá ser autorizado pela Fiscalização e/ou representante da unidade.

7.1.32 Os serviços não poderão ser subcontratados.

7.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da data de assinatura do contrato.

8. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

8.1. Os serviços devem ser prestados em estrita observância o Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) a ser elaborado pela CONTRATADA, às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da portaria 3.523/98 – Ministério da Saúde, da Resolução nº 9/2003 da ANVISA e pela Lei 13.589/2018.

8.2. PARA OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

8.2.1 Remover e limpar a frente plástica, com verificação do seu estado de conservação;

8.2.2 Verificar a operação de drenagem de água da bandeja, a inclinação e desobstrução do dreno;

8.2.3 Verificar os filtros de ar e eliminar as sujeiras;

8.2.4 Verificar e eliminar as frestas dos filtros;

8.2.5 Limpar o elemento filtrante (fibras de nylon aglutinadas e resina sintética ou espuma de poliuretano) utilizando os meios e substâncias mais adequados, como exemplo: por imersão em solução de água morna e sabão neutro, enxaguando-o em água corrente e secando-o bastante antes de recolocá-lo no aparelho;

8.2.6 Limpar com escova a parte frontal do evaporador e condensador;

8.2.7 Lubrificar as partes necessárias;

8.2.8 Verificar termostato, tomada, cabos elétricos, chave seletora, capacitores de fase eletrolítico e outros componentes elétricos;

8.2.9 Verificar ruídos e vibrações anormais, procedendo aos ajustes e correções necessários;

8.2.10 Inspeccionar todo o sistema para averiguar e sanar quaisquer irregularidades, medindo voltagem, amperagem, temperatura e efetuando leitura da corrente e tensão de todo sistema elétrico;

8.2.11 Remover chassis e lavar externamente o evaporador e o condensador;

8.2.12 Verificar e eliminar sujeiras, danos, ferrugens e corrosões na moldura da serpentina e da bandeja e aplicar produtos anticorrosivos, antiferrugem ou pintura, se necessário;

8.2.13 Lavar bandejas e serpentinas com remoção de biofilme (lodo), sem uso de produtos desengraxantes e corrosivos;

- 8.2.14 Limpar adequadamente o gabinete do condicionador;
- 8.2.15 Limpar e lubrificar as buchas, mancais e eixo do motor do ventilador;
- 8.2.16 Verificar o estado de conservação do isolamento termo acústico (se está preservado e contém bolor);
- 8.2.17 Aplicar produto de ação antimicrobiana, antibacteriana e alto poder de eficiência contra todo tipo de microrganismos (bactérias gram-negativas, gram-positivas, fungos, algas e vírus);
- 8.2.18 Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete;
- 8.2.19 Inspeção do balanceamento da ventilação e chassis, rolamentos, oscilações excessivas e vibrações;
- 8.2.20 Limpar hélice do ventilador, serpentinas do evaporador e condensador;
- 8.2.21 Verificar suportes e fixações do gabinete;
- 8.2.22 Manutenção geral da unidade condensadora no caso de Split's, inclusive com banho de vaselina industrial;
- 8.2.23 Lubrificação dos eixos dos motores elétricos e banho de vaselina industrial nas partes ferrosas;
- 8.2.24 Executar lavagem do chassi e gabinete;
- 8.2.25 Proceder à completa limpeza dos condensadores e evaporadores com lavagem do sistema de aletamento e tubos com a utilização de produto químico decapante, de forma a eliminar a oxidação superficial das aletas e serpentinas;
- 8.2.26 Inspeccionar todas as tubulações do circuito frigorígeno;
- 8.2.27 Lubrificar partes móveis do equipamento;
- 8.2.28 Reapertar os parafusos de fixação da hélice, turbina e paredes separadoras;
- 8.2.29 Operar e conferir seqüência de comando elétrico do condicionador.
- 8.2.30 Além das rotinas normais estabelecidas, a empresa deverá disponibilizar pronto atendimento, disponibilizando a mão de obra necessária para atender aos chamados emergenciais da UFAM para conserto dos equipamentos.
- 8.2.31 O tempo para atendimento pela CONTRATADA, que versa o subitem anterior , deverá ser no máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.3. PARA OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

- 8.3.1 Reparar todos e quaisquer defeitos, falhas ou irregularidades detectadas, a fim de restabelecer o pleno funcionamento dos equipamentos, bem como o fornecimento e a substituição de peças com desgaste, defeituosas ou faltantes;
- 8.3.2 Realizar as revisões e reparos conforme especificado pelos fabricantes dos componentes integrantes do equipamento, quando ocorrer qualquer parada súbita que impeça o funcionamento e operação;
- 8.3.3 Executar, **sempre que houver necessidade**, o consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento, através da resolução de quaisquer problemas de operação, funcionamento, programação e manutenção;

8.3.4 Todos os serviços **serão realizados sob demanda**, e sua execução deverá ser autorizada pela fiscalização através da respectiva ordem de serviço;

8.3.5 Os horários de execução dos serviços serão de 08h00min as 18h00min de segunda a sexta-feira, podendo ser estendido, inclusive aos finais de semana, caso a parada dos equipamentos estiverem causando transtornos aos servidores ou prejudicando o funcionamento daquela unidade visando sanar os defeitos apresentados;

8.3.6 Na necessidade de **execução de serviços de manutenção corretiva** com fornecimento de peças e materiais, estes deverão ser executados na sua **integralidade** (fornecimento de peças, materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra) **sem custo adicional a CONTRATANTE**, quer seja na aplicação de materiais auxiliares e lubrificantes especiais, quer na substituição de quaisquer equipamentos, componentes e peças, com exceção daquelas com serviço de manutenção corretiva precificado, descrito e pré-estabelecido na proposta do licitante;

8.3.7 Todas as peças a serem empregadas nos serviços deverão ser originais, novas, sem uso e estarem de acordo com as especificações técnicas;

8.3.8 No caso de falta de peças genuínas e na impossibilidade da CONTRATADA adquiri-las em curto prazo, poderá excepcionalmente, serem utilizadas outras similares que possam ser adaptadas em perfeitas condições no equipamento em questão, desde que haja prévia autorização pelo CONTRATANTE;

8.3.9 Serão consideradas peças similares as não oriundas do fabricante, mas que sejam iguais ou superiores em qualidade de material constituinte, processo de fabricação, desempenho e durabilidade;

8.3.10 Poderão ser recusados quaisquer serviços, peças, materiais ou acessórios que não satisfaçam as condições contratuais, normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais legislações vigentes ou que não atendam ao padrão de qualidade desejável e estabelecido;

8.3.11 Mobilizar para a execução dos serviços, o número suficiente de pessoal técnico especializado, com ferramental e equipamentos auxiliares, a fim de proporcionar a execução dos trabalhos no nível de qualidade especificado;

8.3.12 Caso haja necessidade de retirada de equipamentos ou de componentes dos sistemas para conserto na oficina da CONTRATADA, o fato deverá ser comunicado à fiscalização para autorização da saída do material, sendo que são de responsabilidade da CONTRATADA, todas as despesas decorrentes de transporte e remoção de equipamentos quando necessário para conserto na sede de sua oficina, assim como deverá se responsabilizar pela conservação dos equipamentos a serem transportados e recuperados garantindo a sua integridade;

8.3.13 A CONTRATADA deverá executar limpeza nos locais atingidos pelos serviços de manutenção, não permitindo que fiquem resíduos de sujeiras, inclusive de óleos lubrificantes dos equipamentos, bem como efetuar a remoção de peças danificadas que estiverem nas casas de máquinas ou abrigo dos equipamentos;

8.3.14 A direção técnica dos serviços contratados cabe exclusivamente à CONTRATADA, que se obriga a obedecer aos procedimentos de trabalhos por si elaborados em comum acordo com a fiscalização, respondendo por quaisquer ônus ou imperícia;

8.3.15 Nos casos em que a execução do serviço de reativação do equipamento, exigir o fornecimento de materiais não disponíveis no estoque da CONTRATADA ou no mercado local, a mesma deverá providenciar a aquisição da(s) peça(s) no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data da emissão da ordem de serviço, emitidos pela CONTRATANTE para este tipo de caso;

8.3.16 Caso a CONTRATADA não possa fornecer a(s) peça(s) no prazo estipulado no subitem anterior, a mesma deverá justificar por escrito a ocorrência do fato excepcional ou imprevisível de sorte a subsidiar o fiscal do contrato na análise da ocorrência;

8.3.17 A CONTRATADA deverá garantir o funcionamento dos equipamentos de forma a atender às necessidades da Universidade Federal do Amazonas, implicando em descumprimento contratual a paralisação superior a 02 (dois) dias úteis, sem justificativa aceita pela fiscalização, ficando a empresa, após este prazo, sujeita às sanções pertinentes;

8.3.18 A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços e responderá por quaisquer danos causados às dependências e aos equipamentos da UFAM, quando evidenciada a culpa, por ação ou omissão de seus empregados ou prestadores de serviços, e ainda por deficiência ou negligência na execução das tarefas, bem como decorrentes da qualidade dos materiais empregados.

8.3.19 A CONTRATADA responderá por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço nas dependências dos prédios da Universidade Federal do Amazonas - UFAM;

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1. A gestão do contrato e fiscalização técnica será realizada pelos engenheiros mecânicos lotados na Prefeitura do Campus Universitário da UFAM com auxílio de fiscais setoriais das Unidades Acadêmicas conforme necessidade.

9.2. Os mecanismos de comunicação entre a UFAM e a CONTRATADA será o e-mail, utilizado preferencialmente os ofícios e notificações.

9.3. Para execução de serviços, será realizado o chamado via sistema informatizado de manutenção utilizado pela Prefeitura do Campus Universitário da UFAM, com a finalidade de registrar a demanda, tempo de atendimento e custos de manutenção com a respectiva Ordem de Serviço (O.S).

9.4. Chamadas telefônicas não serão consideradas para fins de decisões administrativas sobre a execução contratual.

9.5. A aferição dos serviços será realizada pelo fiscal técnico mediante cumprimento das rotinas de manutenção preventiva dos equipamentos estabelecidos pelo PMOC implantando conforme definido nos Anexos I-B, I-C e I-D.

9.6. O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal Técnico, através de relatório em

consonância com suas atribuições, contendo registro, análise e conclusão acerca das ocorrências verificadas na execução do contrato. O relatório deverá ser encaminhado ao Gestor do Contrato após a execução dos serviços, juntamente com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para análise e aprovação definitiva.

9.7. Os serviços serão recebidos de forma definitiva somente após período de 10 dias de funcionamento do equipamento sem que seja constatado qualquer disfunção do conjunto ou da peça instalada.

9.8. A produtividade está relacionada com os serviços de manutenção preventiva a serem executados de acordo com as rotinas e periodicidades definidas nos Anexos I-B, I-C e I-D.

9.9. As ocorrências acerca da execução contratual serão registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e aos fiscais a adoção de providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.10. O recebimento definitivo será realizado pelo Gestor do Contrato, que analisará o relatório da fiscalização e o IMR, solicitando as correções necessárias à CONTRATADA, se necessário, e comunicando-a para que emita nota fiscal/fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização

10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

10.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os equipamentos necessários para medir o rendimento e parâmetros de funcionamento dos equipamentos de climatização e refrigeração em quantidade que atenda ao quantitativo de manutenções preventivas e corretivas a serem executadas mensalmente.

10.3. Os equipamentos deverão possibilitar executar medições referentes a corrente elétrica, tensão, temperatura, pressão de gás dentre outros para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva descritos neste Termo de Referência.

10.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.4.1 A CONTRATADA deverá registrar, no prazo máximo de 07 (sete) dias da assinatura do contrato, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia competente, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica/ART pelos serviços objeto das presentes especificações, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) em sua habilitação técnica.

10.4.2 Os serviços a serem executados no GRUPO 2, possuem particularidades em relação ao GRUPO 1, visto que os equipamentos de climatização de precisão do DATACENTER não podem ficar inoperantes em função das condições de funcionamento dos processadores do CETIC. Sendo assim, a manutenção deve atender a qualquer momento do dia, conforme chamado de manutenção corretiva da Unidade Acadêmica, incluindo sábados, domingos e feriados.

10.4.3 O serviços preventivos do GRUPO 1 e 2 serão realizados com reposição de peças, exceto os compressores, motores ventiladores e placas eletrônicas apresentados nas planilhas de custo de manutenção corretiva. O quantitativo de máquinas, capacidades de climatização e a localização destas, estão apresentados nas tabelas abaixo.

GRUPO 1												
LOCAL	QUANTIDADE											TOTAL
	AR CONDICIONADO TIPO JANELA (BTU/H)											
	7000	9000	10000	12000	15000	18000	19000	21000	22000	24000	30000	
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/FEFF (BLOCOS A, B, C E IDOSO FELIZ)	04	-	-	-	01	16	-	22	-	-	01	44
CAM/CENTRO DE APOIO MULTIDISCIPLINAR (BLOCOS M, G)	-	-	01	-	-	01	-	01	-	-	01	04
FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS/FCA (BLOCOS J, U, V, Z, GRANJA, LABORATÓRIO DE CLIMATIZAÇÃO, PROJETO PIATAN, SEMENTES NATIVAS, VIVEIRO, PÓS-BIOAGRO, PRÉDIOS 01 E 02).	01	-	01	02	-	06	-	05	-	-	03	18
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS/ICB (BLOCOS C, E, D, F, H, PROJETO SAUIM DE COLEIRA, PÓS-BIOAGRO, BLOCO DE SALAS DE AULA - PAULO BUHRNHEIM, LABORATÓRIO DE ANATOMIA, BIOTÉRIO)	07	-	-	07	-	-	-	-	02	-	03	19
BIBLIOTECA (SETOR NORTE E SUL, CENTRAL).	-	-	-	01	01	01	-	-	-	-	-	03
FACULDADE DE TECNOLOGIA/FT (AUDITÓRIO, ADMINISTRAÇÃO, PAVILHÕES RIO PURUS, TEFÉ, JAPURÁ, RIO MADEIRA, RIO NHAMUNDÁ, JURUÁ, TAPAUÁ, CANUMÃ, RIO ARUPUANÃ, RIO XINGU E TROMBETAS, BLOCO CETELI, PRÉDIO CETELI, SALAS DE AULA, PÓS GRADUAÇÃO, GEOTECNIA).	134	-	07	01	-	11	30	56	-	-	02	241
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS/ICE (DEPARTAMENTOS DE QUÍMICA, CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO, PRÉDIO DO ICOMP, FÍSICA, GEOCIÊNCIAS, MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA, LAB. COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA E SALAS DE AULA)	163	-	48	-	-	07	51	36	-	-	03	308
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS/FES (AUDITÓRIO, ADMINISTRAÇÃO E SALAS DE AULA)	10	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	20
ESCOLA DE ENFERMAGEM/EEM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS/FCF E CEPLAM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FACULDADE DE MEDICINA/FM	-	-	03	-	-	-	-	02	-	-	-	03	08	
FACULDADE DE ODONTOLOGIA/FAO	-	-	01	-	-	05	-	-	-	-	-	03	09	
BLOCO P - PREFEITURA, BLOCO S – DEMAT, BLOCO J – DEMAT, SERVIÇO DE SEGURANÇA, BIOTÉRIO CENTRAL, BLOCO N – CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, COMVEST, TV UFAM, BLOCO R - RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO, CAIS, SIASS, AUDITÓRIO EULÁLIO CHAVES, REPROGRAFIA, BLOCO L – CIS, IMPRENSA UNIVERSITÁRIA, EDITORAÇÃO, ARQUIVO PROEG, ARQUIVO MUSEU, BLOCO B, PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO, ARQUIVO CENTRAL, CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO, FAZENDA EXPERIMENTAL, CCA – CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE, FACULDADE DE PSICOLOGIA E MUSEU AMAZÔNICO.	01	-	05	-	-	08	01	02	-	-	-	11	28	
CENTRO DE ARTES 01 E 02	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	02	
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (ICHL)	-	54	-	-	-	-	37	04	-	-	-	13	108	
FACULDADE DE DIREITO (FD)	-	03	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	16	
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FACED)	-	19	-	-	-	-	09	01	-	-	-	01	30	
TOTAL POR CAPACIDADE	320	76	66	11	04	65	141	129	02	-	-	44	-	
TOTAL DE CONDICIONADORES DE AR DE JANELA	858													

GRUPO 1 (Continuação)														
LOCAL	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT (BTU/H)													TOTAL
	7000	9000	10000	12000	18000	22000	24000	30000	36000	40000	48000	60000	80000	
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA/FEFF (BLOCOS A, B, C E IDOSO FELIZ)	-	-	-	02	09	04	02	01	-	-	01	06	-	25
CAM/CENTRO DE APOIO MULTIDISCIPLINAR (BLOCOS M E G)	01	05	-	14	29	03	04	22	-	-	02	-	-	80
FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS/FCA (BLOCOS J, U, V, Z, GRANJA, LABORATÓRIO DE CLIMATIZAÇÃO, PROJETO PIATAN, SEMENTES NATIVA, VIVEIRO, PÓS-	-	15	-	11	23	01	183	16	01	-	04	01	-	255

BIOAGRO, PRÉDIOS 1 E 2)															
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICA/ICB (BLOCOS C, E, D, F, H, PROJETO SAUIM DE COLEIRA, PÓS-BIOAGRO, BLOCO DE SALAS DE AULA - PAULO BUHRNHEIM, LABORATÓRIO DE ANATOMIA, BIOTÉRIO)	-	24	-	08	09	-	253	06	18	-	02	12	-	332	
BIBLIOTECA (SETOR NORTE E SUL, CENTRAL)	-	-	-	06	17	-	05	20	06	-	11	06	-	71	
FACULDADE DE TECNOLOGIA/FT (AUDITÓRIO, ADMINISTRAÇÃO, PAVILHÕES RIO PURUS, TEFÉ, JAPURÁ, RIO MADEIRA, RIO NHAMUNDÁ, JURUÁ, TAPAUÁ, CANUMÃ, RIO ARUPUANÃ, RIO XINGU E TROMBETAS, BLOCO CETELI, PRÉDIO CETELE, SALAS DE AULA, PÓS GRADUAÇÃO, GEOTECNIA)	04	25	-	22	23	01	30	20	14	-	21	10	-	168	
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS/ICE (DEPARTAMENTOS DE QUÍMICA, CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO, PRÉDIO DO ICOMP, FÍSICA, GEOCIÊNCIAS, MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA, LAB. COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA E SALAS DE AULA)	-	05	-	16	36	04	51	40	01	-	-	03	-	156	
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS/FES (AUDITÓRIO, ADMINISTRAÇÃO E SALAS DE AULA)	-	02	-	05	09	-	04	23	16	06	01	06	-	72	
ESCOLA DE ENFERMAGEM/EEM	-	-	-	05	02	-	-	17	11	-	15	05	-	54	
FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS/FCF E CEPLAM	-	01	-	-	09	-	106	-	-	-	-	-	-	116	
FACULDADE DE MEDICINA/FM	-	05	-	06	05	-	01	12	16	-	01	12	-	44	
FACULDADE DE ODONTOLOGIA/FAO	-	06	-	10	12	-	02	16	03	-	-	06	-	55	
BLOCO P - PREFEITURA, BLOCO S – DEMAT, BLOCO J – DEMAT, SERVIÇO DE SEGURANÇA, BIOTÉRIO CENTRAL, BLOCO N – CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, COMVEST, TV UFAM, BLOCO R - RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO, CAIS, SIASS, AUDITÓRIO EULÁLIO CHAVES,	-	17	-	128	36	-	52	42	02	01	10	40	10	338	

REPROGRAGIA, BLOCO L – CIS, IMPRENSA UNIVERSITÁRIA, EDITORAÇÃO, ARQUIVO PROEG, ARQUIVO MUSEU, BLOCO B, PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO, ARQUIVO CENTRAL, CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO, FAZENDA EXPERIMENTAL, CCA – CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE, FACULDADE DE PSICOLOGIA E MUSEU AMAZÔNICO.														
CENTRO DE ARTES 01 E 02	-	-	-	12	05	-	18	-	02	-	-	03	-	40
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (IFCHS), FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FIC), FACULDADE DE ARTES (FAARTES), FACULDADE DE LETRAS (FLET)	-	25	-	68	36	56	3	56	12	-	18	08	-	212
FACULDADE DE DIREITO (FD)	-	07	-	04	03	05	-	06	13	-	04	10	-	49
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FACED)	-	08	-	16	06	02	-	26	08	-	20	-	-	66
TOTAL POR CAPACIDADE	05	145	-	333	269	76	714	323	109	07	104	128	10	-
TOTAL DE CONDICIONADORES DE AR SPLIT	2223													

GRUPO 1					
EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO					
BEBEDOURO INDUSTRIAL	BEBEDOURO INDIVIDUAL TIPO COLUNA	GELADEIRA	FRIGOBAR	FREEZER VERTICAL	FREEZER HORIZONTAL
96	24	157	29	76	16

GRUPO 2	
LOCAL	QUANTIDADE
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CETIC)	AR CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DE 37.300 BTU/H
TOTAL	2

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.16.1 Além das documentações previstas, exigidas e necessárias para a qualificação técnica, habilitação e contratação dos serviços, descritas neste Termo de Referência, a empresa vencedora deverá apresentar:

12.16.1.1. Licença Municipal de Operação – LMO – SEMMAS, em validade e de acordo com suas normativas, conforme LEI Nº 605 DE 24 DE JULHO DE 2001, Lei COMPLEMENTAR nº 140, de 08 de DEZEMBRO de 2011, RESOLUÇÃO COMDEMA N. 001/2010 e RESOLUÇÃO CONAMA nº 267, de 14 de setembro de 2000; e

12.16.1.2. Licença Sanitária em validade devidamente acompanhada do laudo de vistoria atualizado emitidos pela Vigilância Sanitária Local, explicitando claramente as atividades a serem exercidas pela empresa e que devem ser similares ao objeto licitado, em de acordo com a Lei nº 392, de 27.06.97, Decreto nº 3.910, de 27.08.97, Art. 657 e Lei - COMPL-AM-70-2009 - RC Ambiental;

12.16.2 As licenças descritas nos subitens 12.16.1.1 e 12.16.1.2, deverão ser apresentadas pela empresa vencedora no momento oportuno, definido pela a Administração, excetuando-se a fase de seleção do fornecedor, conforme previsto no item 2.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, das documentações produzidas e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará *o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I-E, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços*, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar as revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O fiscal setorial e técnico deverão verificar se todas as etiquetas coladas nos equipamentos estão sendo preenchidas e assinadas pelo executante do serviço de manutenção preventiva mensal e semestral.

16.3.1.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis quando se fizer necessário.

16.3.1.5. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA e relatório de serviços executados, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá analisar os documentos e se estiver em consonância com as exigências estabelecidas conforme termo de referência, este deverá ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.6. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório elaborado pela CONTRATADA deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.1.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.1.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1 o prazo de validade;

17.4.2 a data da emissão;

17.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4 o período de prestação dos serviços;

17.4.5 o valor a pagar; e

17.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1 não produziu os resultados acordados;

17.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice conforme a IN 05 de 2017 exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de

prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12. Será considerada extinta a garantia:

19.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5 cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2 **Multa de:**

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze)** dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso,

poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 1 e 2, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 7 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1 Registro ou inscrição no CREA-AM, mediante a apresentação de Certidão de Registro e Quitação de Empresa, em plena validade, constatando que a empresa licitante é prestadora de serviço de manutenção de condicionadores de ar;

21.3.2 A licitante poderá apresentar tantos atestados quanto julgar necessários, mas a avaliação da qualificação técnica da licitante diante do objeto do certame será feita de forma individual;

21.3.3 Comprovante de que a empresa licitante possui em seu quadro permanente de funcionários, na data prevista para entrega da proposta, um engenheiro mecânico na modalidade mecânica, devidamente registrado no CREA-AM acompanhado da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física em validade, devendo este profissional, quando se tratar de Responsável Técnico não sócio da empresa, constar no quadro de Responsáveis Técnicos da Certidão de Registro referida no item 5.3 desta Seção.

21.3.4 O profissional acima será o responsável técnico pela execução dos serviços, objeto do certame.

21.3.5 Atestado de capacidade técnica, em nome do profissional pertencente ao quadro permanente da licitante, devidamente acompanhado da Certidão de Acervo Técnico, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado (neste último caso o mesmo deverá ter firma reconhecida em cartório), devidamente registrado no CREA, segundo dispõe §1º, art. 30 da Lei nº 8.666/93 e devidamente acompanhado do respectivo Certificado de Acervo Técnico – CAT, comprovando a execução bem sucedida de objeto similar do que esta sendo licitado;

21.3.6 A licitante deverá apresentar Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal, dentro da validade e compatível com o objeto, juntamente com a Certidão Negativa de Débito - CND nos termos do art. 17 da Lei n. 6.938/81 e o art. 10º da Instrução Normativa IBAMA n. 06, de 15/03/2013;

21.3.7 A ausência de apresentação de qualquer um dos documentos exigidos e constantes neste Termo de Referência de forma completa, clara, idônea e legível, resultará na inabilitação da licitante;

21.3.8 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento, em substituição aos documentos requeridos nos subitens acima;

21.3.9 As Propostas de Preços deverão ser apresentadas exatamente conforme solicitada no instrumento convocatório do certame, tendo por base o modelo obrigatório a seguir nos ANEXOS deste Termo de Referência, sob pena de inabilitação;

21.3.10 O licitante deverá demonstrar o valor unitário dos serviços de manutenção preventivos com reposição de peças, exceto as peças apresentadas na planilha de corretivas que compreendem a aquisição de compressores com instalação para os condicionadores de ar.

21.3.11 Ressalta-se que o quantitativo anual de preventivas mensais compreende o número de máquinas vezes 10 e o quantitativo anual de manutenções semestrais compreende o quantitativo de máquinas vezes 2.

21.3.12 Os bebedouros terão serviços de manutenção preventiva semestral com troca do filtro. As peças que compõem a manutenção corretiva serão executadas conforme a demanda.

21.3.13 As geladeiras e freezers terão apenas serviços de manutenções corretivas, conforme planilha em anexo.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1 Valor Global: R\$ 5.486.919,61 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e sessenta e um centavos).

21.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por grupo.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

22.2. A pesquisa de mercado foi realizada com empresas locais e especializadas em manutenção de sistemas de climatização e refrigeração. A pesquisa foi parametrizada conforme o parágrafo 2º do artigo 2º da Instrução Normativa nº 5/2014 – MP. O Cálculo foi realizado por meio da média aritmética dos valores coletados conforme quantitativos de serviços elencados por máquinas de climatização e refrigeração. Os serviços foram baseados conforme manual do fabricante, NBR-13971 da ABNT, de 28/02/2014 - Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação aquecimento - Manutenção programada, NBR 14679 da ABNT, de Junho/2012 - Sistemas de condicionamento de ar e ventilação — Execução de serviços de higienização e - PORTARIA Nº 3.523, DE 28 DE AGOSTO DE 1998 do Ministério da Saúde.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. A dotação orçamentária para contratação dos serviços: **PI M20RKG1924N, FONTE 8100, PTRES 108475.**

Manaus/AM 07 de agosto de 2019.

Responsável pela Cotação de Preços e elaboração do Termo de Referência

PAULO ARTUR NERY DIAS
Engenheiro Mecânico

Autorização do DEMAT

JOICE RIBEIROS DOS SANTOS
Diretora do DEMAT

Autorização da Autoridade Competente

Eu, **RAIMUNDO NONATO PINHEIRO DE ALMEIDA**, Pró-Reitor de Administração e Finanças, **APROVO** o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a abertura do processo licitatório para contratação do serviço.

ANEXO I-A

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Orçamento nº

Considerando o disposto no Edital e anexos do Pregão Eletrônico .../2019, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede em(endereço completo), neste ato representada pelo(a) Sr(a).(nome completo), CPF nº, abaixo assinado, interessada na prestação do objeto da licitação, apresenta a sua proposta de preço no valor global de R\$ (.....), conforme o modelo de Planilha de Formação de Preços abaixo:

GRUPO 01					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTDE (UND)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DO ITEM
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO O MOTOR COMPRESSOR, MOTOR VENTILADOR, PLACA ELETRÔNICA E CONTACTORA) EM AR CONDICIONADO ACJ DE 7500 A 30000 BTU/H	SERVIÇO	8.580		R\$ -
2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO O MOTOR COMPRESSOR, MOTOR VENTILADOR, PLACA ELETRÔNICA E CONTACTORA) EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 9000 A 30000 BTU/H		19.150		R\$ -
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO O MOTOR COMPRESSOR, MOTOR VENTILADOR, PLACA ELETRÔNICA E CONTACTORA) EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 36000 A 80000 BTU/H		4080		R\$ -
4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO O MOTOR COMPRESSOR, MOTOR VENTILADOR, PLACA ELETRÔNICA E CONTACTORA) EM AR CONDICIONADO ACJ DE 7500 A 30000 BTU/H		1.716		R\$ -
5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO O MOTOR COMPRESSOR, MOTOR VENTILADOR, PLACA ELETRÔNICA E CONTACTORA) EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 9000 A 30000 BTU/H		3830		R\$ -
6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO O MOTOR COMPRESSOR, MOTOR VENTILADOR, PLACA ELETRÔNICA E CONTACTORA) EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 36000 A 80000 BTU/H		816		R\$ -
7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL EM BEBEDOUROS DE COLUNA		50		R\$ -
8	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL EM BEBEDOUROS INDUSTRIAIS		200		R\$ -
9	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 7.000 BTU/H		16		R\$ -
10	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 9000 BTU/H		4		R\$ -
11	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 10000 BTU/H		4		R\$ -

12	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 12000 BTU/H	2	R\$ -
13	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 15000 BTU/H	1	R\$ -
14	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 18000 BTU/H	4	R\$ -
15	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 19000 BTU/H	8	R\$ -
16	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 21000 BTU/H	10	R\$ -
17	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 22000 BTU/H	1	R\$ -
18	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO ACJ DE 30000 BTU/H	5	R\$ -
19	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 7000 BTU/H	1	R\$ -
20	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 BTU/H	10	R\$ -
21	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 12000 BTU/H	23	R\$ -
22	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 BTU/H	18	R\$ -
23	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 22000 BTU/H	8	R\$ -
24	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 24000 BTU/H	45	R\$ -
25	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30.000 BTU/H	25	R\$ -
26	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 BTU/H	12	R\$ -
27	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 40000 BTU/H	2	R\$ -
28	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 48000 BTU/H	10	R\$ -
29	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 60000 BTU/H	12	R\$ -

30	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPRESSOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H	2	R\$ -
31	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DO COMPRESSOR 1/10	15	R\$ -
32	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DO COMPRESSOR 1/8	15	R\$ -
33	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DO COMPRESSOR 1/6	10	R\$ -
34	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DO COMPRESSOR 1/5	10	R\$ -
35	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DO COMPRESSOR 1/4	10	R\$ -
36	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DO COMPRESSOR 1/3	10	R\$ -
37	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MICRO MOTOR	15	R\$ -
38	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAPACITOR	40	R\$ -
39	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RELÉ	40	R\$ -
40	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTETOR TÉRMICO	40	R\$ -
41	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TERMOSTATO	25	R\$ -
42	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONGELADOR	8	R\$ -
43	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBO CAPILAR	30	R\$ -
44	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FILTRO DE GÁS	30	R\$ -
45	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FILTRO PARA ÁGUA	15	R\$ -
46	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REFIL PARA FILTRO	15	R\$ -
47	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FILTRO SECADOR	20	R\$ -

48	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CUBA DO BEBEDOURO	5	R\$ -
49	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TORNEIRA JALO	15	R\$ -
50	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TORNEIRA COPO	15	R\$ -
51	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TORNEIRA PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL	60	R\$ -
52	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESISTÊNCIA DE DEGELO	30	R\$ -
53	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CARGA COMPLETA DE GÁS R22	40	R\$ -
54	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CARGA COMPLETA DE GÁS R134	40	R\$ -
55	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BORRACHA DA PORTA	20	R\$ -
56	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BORRACHA DA PORTA DO CONGELADOR	20	R\$ -
57	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM LIMPEZA DO SISTEMA	30	R\$ -
58	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRÔNICA	25	R\$ -
59	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SENSOR	25	R\$ -
60	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GELADEIRAS, FREEZERS E BEBEDOUROS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INTERRUPTOR	10	R\$ -
61	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 A 12000 BTU/H	25	R\$ -
62	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 A 24000 BTU/H	50	R\$ -
63	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H	16	R\$ -
64	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 A 60000 BTU/H	16	R\$ -

65	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H	2	R\$ -
66	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 A 12000 BTU/H	75	R\$ -
67	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 A 24000 BTU/H	150	R\$ -
68	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H BTU/H	48	R\$ -
69	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 A 60000 BTU/H	48	R\$ -
70	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H	2	R\$ -
71	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 A 12000 BTU/H	25	R\$ -
72	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 A 24000 BTU/H	50	R\$ -
73	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H	16	R\$ -
74	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 A 60000 BTU/H	16	R\$ -
75	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H	2	R\$ -
76	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDESADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 A 12000 BTU/H BTU/H	75	R\$ -
77	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDESADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 A 24000 BTU/H BTU/H	150	R\$ -
78	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDESADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H BTU/H	48	R\$ -

79	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDESADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 A 80000 BTU/H BTU/H	48	R\$ -
80	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REPARO DE PLACA ELETRONICA PARA A UNIDADE CONDESADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H BTU/H	2	R\$ -
81	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 BTU/H	8	R\$ -
82	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 12000 BTU/H	17	R\$ -
83	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 BTU/H	14	R\$ -
84	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 22000 A 24000 BTU/H	40	R\$ -
85	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H	17	R\$ -
86	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 BTU/H	6	R\$ -
87	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 48000 BTU/H	6	R\$ -
88	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 60000 BTU/H	7	R\$ -
89	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H	2	R\$ -
90	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 BTU/H	8	R\$ -
91	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 12000 BTU/H	17	R\$ -
92	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 BTU/H	14	R\$ -

93	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 22000 A 24000 BTU/H	40	R\$ -
94	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H	17	R\$ -
95	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 BTU/H	6	R\$ -
96	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 48000 BTU/H	6	R\$ -
97	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 60000 BTU/H	7	R\$ -
98	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H	2	R\$ -
99	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 BTU/H	15	R\$ -
100	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 12000 BTU/H	34	R\$ -
101	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 BTU/H	27	R\$ -
102	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 22000 A 24000 BTU/H	79	R\$ -
103	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H	33	R\$ -
104	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 BTU/H	11	R\$ -
105	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 48000 BTU/H	11	R\$ -
106	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 60000 BTU/H	13	R\$ -
107	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE EVAPORADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H	2	R\$ -
108	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 9000 BTU/H	15	R\$ -

109	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 12000 BTU/H	34	R\$ -
110	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 18000 BTU/H	27	R\$ -
111	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 24000 BTU/H	79	R\$ -
112	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 30000 BTU/H	33	R\$ -
113	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 36000 BTU/H	11	R\$ -
114	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 48000 BTU/H	11	R\$ -
115	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 60000 BTU/H	13	R\$ -
116	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR DO VENTILADOR PARA A UNIDADE CONDENSADORA DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT DE 80000 BTU/H	2	R\$ -
117	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DA CONTACTORA PARA SPLIT DE 18000 A 22000 BTU/H	35	R\$ -
118	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DA CONTACTORA PARA SPLIT DE 24000 A 36000 BTU/H	115	R\$ -
119	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DA CONTACTORA PARA SPLIT DE 48000 A 60000 BTU/H	24	R\$ -
120	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DA CONTACTORA PARA SPLIT DE 80000 BTU/H	2	R\$ -
121	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DE MOTOR VENTILADOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA DE 7500 A 19000 BTU/H	18	R\$ -
122	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DE MOTOR VENTILADOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA DE 21000 A 30000 BTU/H	5	R\$ -
123	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DO MOTOR VENTILADOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA DE 7500 A 19000 BTU/H	18	R\$ -

124	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DO MOTOR VENTILADOR PARA CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA DE 21000 A 30000 BTU/H		5		R\$ -
VALOR GLOBAL					R\$

A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

Manaus/AM, de de 2019.

Nome do representante legal
Função na empresa

*** Deverá ser entregue em papel timbrado da empresa.**

GRUPO 02						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD (UND)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM	
125	MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL EM AR CONDICIONADO DE PRECISÃO DA MARCA LIEBERT TIPO SELF CONTAINED COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO OS MOTORES DOS COMPRESSOR ES, VENTILADORES E PLACAS CENTRAIS) DO DATACENTER DO CETIC		20		R\$ -	
126	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL EM AR CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO NOVAS E ORIGINAIS (EXCETO OS MOTORES DOS COMPRESSORES, VENTILADORES E PLACAS CENTRAIS) DO DATACENTER DO CETIC		4		R\$ -	
127	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR VENTILADOR DA UNIDADE EVAPORADORA DO AR CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED DE 37.300 BTU/H NOVO E ORIGINAL		4		R\$ -	
128	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REBOBINAMENTO DO MOTOR VENTILADOR DA UNIDADE CONDENSADORA DO AR CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED DE 37.300 BTU/H NOVO E ORIGINAL		2		R\$ -	
129	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ROLAMENTOS DO MOTOR VENTILADOR DA UNIDADE CONDENSADORA DE 37.300 BTU/H NOVO E ORIGINAL	SERVIÇO	4		R\$ -	
130	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ROLAMENTOS DO MOTOR VENTILADOR DA UNIDADE EVAPORADORA DE 37.300 BTU/H NOVO E ORIGINAL		4		R\$ -	
131	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DA UNIDADE EVAPORADORA DE 37.300 BTU/H NOVO E ORIGINAL		2		R\$ -	
132	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR DA UNIDADE CONDENSADORA DE 37.300 BTU/H NOVO E ORIGINAL		2		R\$ -	
133	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DA PLACA CENTRAL NOVA E ORIGINAL		2		R\$ -	
134	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM REPARO DA PLACA CENTRAL		2		R\$ -	
135	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE PRECISÃO TIPO SELF CONTAINED DA MARCA LIEBERT CHALLENGER AIR COOLED COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTOR COMPRESSOR DE 37.300 BTU/H NOVO E ORIGINAL		2		R\$ -	
VALOR GLOBAL					R\$	

A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

Manaus/AM, de de 2019.

Nome do representante legal
Função na empresa

* Deverá ser entregue em papel timbrado da empresa.

ANEXO I-B

CONTROLE DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA CONDICIONADOR DE AR SPLIT															
FABRICANTE:											Contrato:				
CAPACIDADE (BTU/H):											Início:				
Local:											Término:				
Nº	SERVIÇOS		F	MESES											
				Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Medir Tensão elétrica	R-S	30												
		R-T	30												
		S-T	30												
2	Medir Corrente elétrica	R	30												
		S	30												
		T	30												
3	Medir temperatura do ar:	insufl.	30												
		retorno	30												
4	Verificar se todas as funções estão operando		30												
5	Verificar se não existem obstruções para a correta passagem de ar, tanto de insuflamento como de retorno.		30												
6	Limpar o filtro de ar		30												
7	Verificar estado dos filtros de ar. Substituir se necessário.		30												
8	Verificar se a água de condensação está sendo drenada livremente.		30												
9	Efetuar a limpeza da bandeja de drenagem		30												
10	Limpar a unidade condensadora externamente e evaporadora. Não é necessário aplicar detergente.		30												
11	Efetuar reaperto dos conectores elétricos.		30												
12	Verificar se existe superaquecimento de cabos ou conectores. Eliminar ou substituir conexões defeituosas.		30												
13	Verificar o funcionamento dos dispositivos de proteção e acionamento.		30												
14	Verificar/eliminar através de lixamento e pintura, eventuais focos de oxidação.		30												
15	Vistoriar e corrigir se necessário, o isolamento das linhas frigorígenas.		180												
16	Vistoriar circuitos para localização e eliminação de vazamentos.		180												
17	Medir pressões de funcionamento:	Alta	180												
		Baixa	180												
18	Lavar a serpentina da unidade evaporadora		180												
19	Lavar a Unidade Condensadora - Externa		180												
20	Verificar a isolamento elétrica de motores e compressores		365												
21	Preencher relatório de manutenção		30												
			DATA:												
			VISTO DO MECÂNICO												

ANEXO I-C

CONTROLE DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA														
CONDICIONADOR DE AR TIPO JANELA														
FABRICANTE:												Contrato:		
CAPACIDADE:												Início:		
LOCAL:												Término:		
Nº	SERVIÇOS	F	MESES											
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Medir Tensão Elétrica	R-S	30											
2	Medir Corrente Elétrica	R	30											
		S	30											
3	Medir temperatura do ar:	Retorno	30											
		Insuflamento	30											
4	Limpar espelho frontal		30											
5	Verif. funcionamento das chaves seletoras		30											
6	Limpar filtro de ar		30											
7	Verificar o funcionamento dos dispositivos de proteção e acionamento.		30											
9	Substituir filtros danificados		180											
10	Limpar a bandeja e a câmara de insuflamento		180											
11	Remover o aparelho, para lavagem completa de serpentinas e gabinete.		180											
12	Ajustar as aletas das serpentinas		180											
13	Verif. folgas das buchas do motor do vent.		180											
14	Lubrificar buchas do motor do ventilador		180											
15	Verificar e eliminar através de lixamento e pintura, eventuais focos de oxidação nos gabinetes e chassis.		180											
16	Verificar os Capacitores de motores e compressor		180											
17	Verificar e eliminar superaquecimento de cabos ou conectores.		180											
18	Verificar estado da hélice		180											
19	Vistoriar circuitos para localização e eliminação de vazamentos, se necessário.		365											
20	Verificar e corrigir vedação parede		365											
21	Preencher relatório de manutenção		30											
DATA														
VISTO DO MECÂNICO														

ANEXO I-D

CONTROLE DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA																
CONDICIONADOR TIPO SELF CONTAINED																
FABRICANTE:											MODELO:			Contrato		
SÉRIE:											Início:					
Local de instalação:											Término					
Nº	SERVIÇOS	F	MESES													
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
1	Verificar se todas as funções estão operando	30														
2	Verificar se não existem obstruções para a correta passagem de ar, tanto de insuflamento como de retorno.	30														
3	Limpar bandeja de drenagem	30														
4	Verificar se a água de condensação está sendo drenada livremente.	30														
5	Verificar a integridade da pastilha anti-bactérias. Substituir se necessário.	30														
6	Limpar o filtro de ar	30														
7	Verificar estado dos filtros descartáveis. Substituir se necessário.	30														
8	Substituir os filtros de ar descartáveis.	90														
9	Limpar as unidades internas e externas. Não é necessário aplicar detergente.	30														
10	Verificar se o sistema de aquecimento está operando adequadamente.	30														
11	Efetuar reaperto dos conectores elétricos.	30														
12	Verificar se existe superaquecimento de cabos ou conectores. Eliminar ou substituir conexões defeituosas.	30														
13	Verificar aquecimento dos motores	30														
14	Verificar o alinhamento das polias, tensão e estado das correias.	30														
15	Medir temperatura de insuflamento	30														
16	Medir temperatura de retorno	30														
17	Medir temperatura ambiente	30														
18	Medir temperatura ar exterior	30														
19	Verificar ruídos e vibrações anormais	30														
20	Verificar nível de óleo dos compressores	30														

21	Verificar visor de líquido (borbulhas/sujeira/umidade)		30																		
22	Verificar funcionamento da resistência do cárter		30																		
23	Medir Tensão elétrica	Compressor 1	R-S	30																	
			R-T	30																	
			S-T	30																	
		Compressor 2	R-S	30																	
			R-T	30																	
			S-T	30																	
24	Medir Corrente elétrica	Compressor 1	R	30																	
			S	30																	
			T	30																	
	Medir Corrente elétrica	Compressor 2	R	30																	
			S	30																	
			T	30																	
25	Limpar rotor e carcaça dos ventiladores		180																		
26	Verificar o funcionamento dos dispositivos de proteção e acionamento.		30																		
27	Verificar isolamento interno do gabinete		180																		
28	Medir pressão de alta	C1	180																		
		C2	180																		
29	Medir pressão baixa	C1	180																		
		C2	180																		
30	Medir pressão óleo	C1	180																		
		C2	180																		
31	Medir temperatura da linha de sucção	C1	180																		
		C2	180																		

32	Medir temperatura da linha de líquido	C1	180																
		C2	180																
33	Verificar e eliminar através de lixamento e pintura, eventuais focos de oxidação nos gabinetes das unidades interna e externa.		180																
34	Vistoriar e corrigir se necessário, o isolamento das linhas frigoríferas.		180																
35	Medir isolamento dos motores:	Compressor 1	365																
		Compressor 2	365																
		Vent. do Evapor.	365																
		Vent. do Condens.	365																
36	Lubrificar mancais e rolamentos dos motores		365																
37	Vistoriar circuitos para localização e eliminação de vazamentos, se necessário.		365																
38	Lavar a serpentina da unidade evaporadora		180																
39	Lavar a Unidade Condensadora		180																
40	Preencher relatório de manutenção		30																
			DATA:																
			VISTO																
			MECÂ																
			NICO:																

ANEXO I-E – Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

1. DADOS DO PROCESSO	
1.1. Objeto:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e instalação de peças, em condicionadores de ar tipo ACJ, SPLIT, MULTI SPLIT, CASSETE, VRV, equipamentos de precisão de climatização tipo <i>Self Contained</i> e em equipamentos de refrigeração tipo <i>freezers</i> , geladeiras e bebedouros, com implantação do PMOC, para atender as unidades acadêmicas e administrativas do Campus da UFAM, unidades dispersas e Fazenda Experimental em Manaus/AM.
1.2. Nº do contrato:	
1.3. Empresa contrata:	
2. DADOS DO INDICADOR	
2.1. Nº do indicador:	01-preventivas
2.2. Descrição do indicador:	Execução integral das MANUTENÇÃO PREVENTIVAS
2.3. Finalidade:	Atendimento ao PMOC
2.4. Meta a cumprir:	100% das preventivas
2.5. Instrumento de medição:	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
2.6. Forma de acompanhamento:	Pelo sistema.
2.7. Periodicidade:	Mensal
2.8. Mecanismo de cálculo:	Cada OS será verificada e valorada individualmente em função do atendimento integral de manutenções preventivas
3. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	
3.1. Mês de referência:	
3.2. Quantidade de O.S. emitidas:	
3.3. Faixa de ajustes no pagamento:	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS
3.4. Sanções aplicadas:	20% das OS acima de 2 - multa de XX 30% das OS acima de 2 - multa de XX + rescisão contratual
3.5. Total de deduções:	
4. OBSERVAÇÕES	

Nome e carimbo
SIAPE

ANEXO I-F – Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

5. DADOS DO PROCESSO

5.1. Objeto:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e instalação de peças, em condicionadores de ar tipo ACJ, SPLIT, MULTI SPLIT, CASSETE, VRV, equipamentos de precisão de climatização tipo <i>Self Contained</i> e em equipamentos de refrigeração tipo <i>freezers</i> , geladeiras e bebedouros, com implantação do PMOC, para atender as unidades acadêmicas e administrativas do Campus da UFAM, unidades dispersas e Fazenda Experimental em Manaus/AM.
5.2. Nº do contrato:	
5.3. Prestador de serviço:	

6. DADOS DO INDICADOR

6.1. Nº do indicador:	02-CORRETIVAS
6.2. Descrição do indicador:	Tempo de atendimento as chamadas emergenciais de MANUTENÇÃO CORRETIVAS.
6.3. Finalidade:	Medir o tempo de ação do fornecedor para o atendimento as chamadas de emergência;
6.4. Meta a cumprir:	Máximo até 02 (duas) horas por chamado emergencial contados desde a abertura do chamado até verificação do equipamento pelo fornecedor.
6.5. Instrumento de medição:	Tempo excedente ao especificado de 02 (duas) horas para atendimento as chamadas emergenciais;
6.6. Forma de acompanhamento:	Inicia no momento do registro do chamado na central de atendimento do fornecedor e encerra-se quando o técnico se apresenta no local da ocorrência. Registrando o tempo excedente às 02 (duas) horas iniciais;
6.7. Periodicidade:	Sob demanda
6.8. Mecanismo de cálculo:	Cada chamado terá sua avaliação individual. HAO – HAC ≤ 02 (duas) horas = Sem aplicação de penalidades; HAO – HAC > 02 (duas) horas = Sujeito às penalidades e sanções específicas no TR; Legenda: HAC-Hora de Abertura do Chamado; HAO - Hora de Atendimento da Ocorrência;

7. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. Mês de referência:	
7.2. Quantidade de O.S. emergenciais emitidas:	
7.3. Faixa de ajustes no pagamento:	
7.4. Sanções aplicadas:	
7.5. Total de deduções:	

8. OBSERVAÇÕES

--

Nome e carimbo
SIAPE

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VINCULO FAMILAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº035/2019

Declaramos que não constam em nossos quadros societários servidores da FUA ou administradores que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, em cumprimento ao Acórdão Nº 409/2015 – TCU - Plenário.

Local e data

Assinatura e carimbo
(Representante Legal)

Observação: emitir em papel que identifique a entidade expedidora.

ANEXO III

**MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2019**

Atestamos, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico XXX/2019, que por intermédio do(a) Sr(a) _____, portador(a) da CPF(MF) nº _____ e do RG nº _____, devidamente credenciado(a) por nossa empresa _____, vistoriamos o local para a execução do objeto e que somos detentores de todas as informações relativas à sua execução.

Declaramos, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja a vencedora.

Local e data

Assinatura e carimbo
(Representante Legal)

Visto:

Servidor da FUA
Matrícula SIAPE No. _____

Observação: emitir em papel que identifique a licitante

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2019

(nome empresarial da licitante).....inscrita no CNPJ N.º:..... , com sede na(n.º de inscrição) (Endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º.....e do CPF/MF n.º....., DECLARAMOS para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº **035/2019**, que optamos pela não realização de vistoria, e que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizaremos deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Município de _____AM, ____ de _____ de 2019.

(assinatura do Representante legal da Empresa)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante

ANEXO V

Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica

(Este modelo deverá ser transcrito, na forma e na íntegra, em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2019

A (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0000-00, sediada em (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) (nome completo), portador (a) da Carteira de Identidade nº 00000-0 e do CPF nº 000.000.000-00, INDICA abaixo o(s) responsável(eis) técnico(s) pela realização da obra, e que tal(is) indicação(ões) está(ão) em consonância com as Resoluções nº 218/1973 e 317/1986 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia/CONFEA.

Responsável

Técnico:.....

CREA

nº:.....

Especialidade.....

.

Data de

Registro:.....

.....
Assinatura do responsável técnico e carimbo da empresa

.....
Assinatura do representante legal e carimbo da empresa

ANEXO VI

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E A EMPRESA

A União, por intermédio da **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/FUA**, CNPJ nº 04.378.626/0002-97, com sede e domicílio fiscal na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, localizada na Av. Rodrigo Octávio, nº 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho - Bairro Coroado - Manaus/AM, neste ato representado pela Presidente de seu Conselho Diretor e também Reitora da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, **Professor Doutor Sylvio Mário Puga Ferreira**, brasileiro, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, domiciliado e residente nesta cidade, denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de **contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e instalação de peças, em condicionadores de ar tipo ACJ, SPLIT, MULTI SPLIT, CASSETE, VRV, equipamentos de precisão de climatização tipo Self Contained e em equipamentos de refrigeração tipo freezers, geladeiras e bebedouros, com implantação do PMOC, para atender as unidades acadêmicas e administrativas do Campus da UFAM, unidades dispersas e Fazenda Experimental em Manaus/AM**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., *podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:*

2.1.1. *Os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.1.2. *Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.1.3. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.1.4. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.1.5. *Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;*

2.1.6. *Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;*

2.1.7. *Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Fonte: 8100

PI: M20RKG1943N

PTRES 108475.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Amazonas - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: